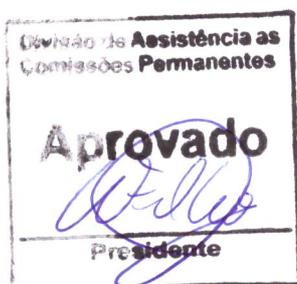


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



ATA



ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2024.

Às nove horas do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado Wilson Filho, realizou-se a 13ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à reunião, além do Presidente, os seguintes membros titulares: os deputados Delegado Wallber Virgolino, João Gonçalves, e a deputada Lucinha Lima, e os seguintes membros suplentes: deputado Jutay Meneses e George Morais. "Sob a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião e convidou o deputado João Gonçalves para secretariar os trabalhos, concedendo-lhe a palavra para que fosse lido o ato de convocação da reunião, publicado oficialmente no dia 13 de maio de 2024, e lida a Ata da 12ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida no dia 07 de maio do corrente ano. Depois, o Presidente a colocou em discussão e votação, ocasião em que foi aprovada sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais procedimentos e registros, os membros da Comissão apreciaram os seguintes itens da pauta: item A – MATÉRIAS PREJUDICADAS EM CONFORMIDADE COM O ART. 163, DA RESOLUÇÃO 1.578/2012



(REGIMENTO INTERNO). Na ocasião, para fins de registro em Ata, o Secretário procedeu à leitura dos seguintes itens: 1771/2024 - Do Deputado Anderson Monteiro - Assegura o direito ao atendimento psicossocial prioritário, na rede estadual de saúde pública, a mães e pais que se dedicam integralmente ao cuidado de filhos com transtorno do espectro autista (TEA) no estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 12.762/2023. 1776/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Cria o Serviço Voluntário de Assistência Religiosa Carcerária em todas as unidades do sistema penitenciário do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelas Leis Estaduais nº 7464/2003 e 11.288/2018. 1788/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Estabelece a realização de um seminário antidrogas no início de cada semestre letivo nas escolas da rede estadual de ensino do Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 11.851/2021. Em seguida, os deputados apreciaram as seguintes matérias: item B - MATÉRIAS QUE DISPENSAM A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO: PLO nº. 2154/2024 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Declara de utilidade pública estadual a Associação Paraibana dos produtores de mel da Baía da Traição, no estado da Paraíba. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 1961/2024 – DO DEPUTADO CHICO MENDES - Reconhece de utilidade pública a entidade Associação Cristã Evangélica da Paraíba & Convenção Nacional de Igrejas Independentes Pentecostais, localizada na cidade de Cajazeiras - PB, e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item C – Projetos de Lei Ordinária Nºs: 2221/2024 – Do Governador do Estado - Dispõe sobre o pagamento do Incentivo de



Desempenho e do Incentivo de Atividades Especiais no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, para atender as Unidades Assistenciais e Administrativas do SUS na forma que especifica; revoga a Lei nº 12.163, de 20 de dezembro de 2021. A Relatoria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 2297/2024 - Do Tribunal de Justiça da Paraíba - Altera o valor do vencimento de Cargo de Provimento em Comissão. A Relatoria foi do Deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1731/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Institui o Balcão Virtual nos órgãos públicos do Estado da Paraíba, com a interação por videoconferência do ente público e usuários particulares. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto divergente do deputado George Morais; 1733/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Estabelece que a servidora pública da administração direta e indireta do Estado da Paraíba fará jus a licenciamento remunerado de 6 meses, se houver sido vítima de atos de violência doméstica, e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, divergindo do posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer pela constitucionalidade foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi rejeitado por unanimidade; 1734/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Institui a semana Estadual da Saúde do Trabalhador



na Agricultura Familiar, no Estado da Paraíba. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1738/2024 - Do Deputado Caio Roberto - Dispõe sobre isenção de taxa de inscrição em concurso público e processo seletivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no estado da Paraíba. A Relatoria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com apresentação de emenda aditiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1739/2024 - Do Deputado Caio Roberto - Institui no âmbito do estado da Paraíba o programa estadual de orientação e limpeza de praias, rios e similares, a semana de conscientização da limpeza de praias, rios, similares e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Assumiu a secretaria o deputado Jutay Meneses. PLO nº. 1740/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre a preferência na remoção de pacientes para hospitais do Estado da Paraíba, visando a proximidade de suas residências, e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado George Morais; 1743/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Inclui o Parágrafo Único ao Art. 1º da Lei nº 12.651/2023, de



23 de maio de 2023, que Estabelece a Política Estadual de Cuidados Paliativos no Estado da Paraíba. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1745/2024 – Do Deputado Fabio Ramalho - Inclui no calendário turístico e cultural da Paraíba, a tradicional Cavalgada do Agricultor de Lagoa Seca realizada no 1º domingo de agosto no município de Lagoa Seca – PB. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1746/2024 – Do Deputado Alexandre de Zezé - Classifica como município de interesse turístico a cidade de Santa Luzia/PB. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1747/2024 - Do Deputado Alexandre de Zeze - Dispõe sobre diretrizes para o estímulo do turismo acessível e inclusivo para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares no estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1748/2024 - Do Deputado Alexandre de Zeze - Institui o “Dia da Agricultura Irrigada” no calendário oficial do Estado da Paraíba. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da



Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1749/2024 - Do Deputado Alexandre de Zeze - Institui o “Dia de Internet Segura” no âmbito do Estado da Paraíba. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1751/2024 – Do Deputado Junior Araújo - Dispõe sobre a criação do Certificado Empresa Amiga do Consumidor, a ser expedido/conferido pelo Poder Executivo Estadual. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto contrário do Deputado George Morais; 1753/2024 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado da Paraíba, a tradicional Festa de Emancipação Política realizada anualmente no dia 30 de abril, no município de Tacima – PB. A Relatoria foi do Deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1754/2024 – Do Deputado Júnior Araújo - Limita a permanência de adultos em espaços infantis desacompanhados. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este



foi aprovado por unanimidade; 1755/2024 – Do Deputado Sargento Neto
Determina a obrigatoriedade de instituição de mecanismos de prevenção a modalidade de fraudes que se utilizam das credenciais do cliente que teve seu aparelho celular furtado, roubado ou perdido, na forma que especifica, no âmbito do estado da Paraíba. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto contrário do Deputado George Morais; 1756/2024 – Do Deputado Taciano Diniz - Dispõe sobre a concessão de subsídio ao sistema de transporte público coletivo para benefício de pessoas com deficiência (PCD), e dá outras providências. A Relatoria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto contrário do Deputado George Morais; 1757/2024 - Do Deputado Gilbertinho - Classifica o ceratocone, de graus 3 e 4, como deficiência sensorial, do tipo visual, e dá outras providências, cia (PCD), e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com apresentação de emenda modificativa e de redação. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1759/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre o Programa Estadual de Capacitação Continuada de Servidores da Segurança Pública para o atendimento de Pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais transtornos do neurodesenvolvimento no estado da Paraíba. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela



inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto contrário do Deputado George Morais; 1762/2024 - Do Deputado Sargento Neto - Institui a semana estadual de prevenção e combate à surdez no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1765/2024 - Do Deputado Júnior Araujo - Dispõe sobre a inclusão da imagem de um girassol nas placas de atendimento preferencial, identificando a abrangência de pessoas com deficiências ocultas no acesso a este direito. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1766/2024 - Da Deputada Dra. Jane Panta - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de protetores salivares em estabelecimentos de autoatendimento (self service) do ramo alimentício no Estado da Paraíba. Matéria retirada de pauta a pedido do Presidente; 1767/2024 – Da Deputada Leonice Lopes - Dispõe acerca da admissibilidade do estágio curricular supervisionado realizado pelo estudante, para fins de admissão em primeiro emprego no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria foi do Deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1772/2024 - Do Deputado George Morais - Regulamenta, no âmbito do Estado da Paraíba, o art. 3º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº



13.874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica. ~~Materia~~
retirada de pauta a pedido do deputado Parecerista e acolhido pelo Presidente;
1777/2024 – Da Deputada Cida Ramos - Declara a Personagem de
Quadrinhos Maria como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba.
Materia retirada de pauta a pedido do deputado Jutay e acolhido pelo
Presidente; 1778/2024 – Do Deputado George Morais - Dispõe sobre a
implantação de ciclovias às margens das rodovias, nos trechos em que cortem
áreas urbanas, e dá outras providências. Pedido de vistas concedido ao
deputado Wallber Virgolino; 1779/2024 – Do Deputado Wallber Virgolino -
Dispõe sobre a divulgação de dados de Segurança Pública pelo Governo do
Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que,
seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer
pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado
em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida,
o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade;
1780/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Cria o Programa de Segurança
da Mulher da Paraíba (PROSEM-PB) e dá outras providências. A Relatoria foi
da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o
posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela
inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi
colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em
seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria,
com o voto contrário do Deputado George Morais e do Deputado Wallber
Virgolino; 1781/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre a
destinação provisória de bens apreendidos pela polícia judiciária para os
órgãos da administração pública estadual. A Relatoria foi do deputado Jutay
Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela
consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e
injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão,
ocasião em que usaram da palavra os deputados Wallber Virgolino e Jutay
Meneses, cada um com o posicionamento próprio; o primeiro,
favoravelmente; o segundo, contrário, e expuseram os argumentos e as
justificativas. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi



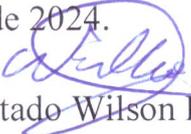
aprovado por maioria, com o voto contrário do Deputado George Morais e do Deputado Wallber Virgolino; 1841/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Paraibano ao professor doutor Osmar Luiz da Silva Filho, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba. A Relatoria foi do deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1879/2024 – Da Deputada Leonice Lopes - Reconhece como Patrimônio Cultural e Bem Imaterial, e inclui no Calendário Turístico e Cultural do Estado da Paraíba, o São João da cidade de Boa Ventura, e dá outras providências. A Relatoria foi do deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 2219/2024 – Do Deputado Chico Mendes - Reconhece a “cavalgada de São José de Marimbás”, a “banda cabaçal os monteiros”, as “quadrilhas juninas” e o “mugunzá da baixa grande”, todos do município de Cachoeira dos Índios, como Patrimônios Históricos, culturais e bens imateriais do estado da Paraíba. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 2203/2024 – Do Deputado Adriano Galdino - Concede o Título de Cidadã Paraibana à Exma. Ministra de Estado das Mulheres, Sra. Aparecida Gonçalves, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paraibana e à República Federativa do Brasil. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão,



ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 2245/2024 – Do Deputado Wilson Filho - Nomeia como “centro de formação de professores Terezinha Brunet Crizanto Loureiro” o centro de formação de professores estadual localizado no município de Itaporanga. A Relatoria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 2266/2024 - Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a gratuidade do transporte intermunicipal nos dias de realização da votação de pleitos eleitorais. A Relatoria foi do deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item D – Projetos de Resolução N°s: 213/2024 – Do Deputado Chico Mendes - Dispõe sobre a concessão da medalha de honra ao mérito da música, da poesia sertaneja e do folclore Alfredo Ricardo do Nascimento – Zé do Norte, à cantora paraibana Socorro Lira. A Relatoria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 219/2024 – Do Deputado Hervazio Bezerra - Concede a Medalha de Mérito Jornalístico ao radialista Josélio Carneiro de Araújo, e dá outras providências. A Relatoria foi do deputado George Morais, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por



unanimidade; 220/2024 – Do Deputado Hervazio Bezerra - Dispõe sobre a concessão de Medalha do Mérito Empreendedor José Carlos da Silva Júnior ao empresário Josenilton Cirne (Nininho), proprietário da Priscylla's Hall (PH), e dá outras providências. A Relatoria foi do deputado George Moraes, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 224/2024 - Deputado Wilson Filho - Concede Medalha Epitácio Pessoa à Arimatheus Silva Reis. A Relatoria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Fim das matérias e das apreciações. Lavrou a presente ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 14 de maio de 2024.


Deputado Wilson Filho
Presidente